



RE: Impugnação Engepeças Edital 10/2025 - Ministério da Agricultura e Pecuária/ MAPA

De LICITACAO <licitacao@agro.gov.br>

Data Seg, 2025-12-01 21:25

Para Jane Silva dos Santos Mota <vendasjcb@engepeças.com.br>

Cc Juliana Jacomite <juliana@engepeças.com.br>; Nívea Maria <nivea@engepeças.com.br>

Prezados(as),

Segue manifestação da equipe de planejamento da contratação:

Prestando subsídios à decisão do Pregoeiro, conforme art. 17, inciso II, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, esclarecemos que:

Dos pontos apresentados na impugnação, que aduzem supostas especificações técnicas restritivas, cumpre esclarecer que a Administração Pública, ao estabelecer as especificações técnicas, pautou-se estritamente nos objetivos do processo licitatório, conforme preconiza o art. 11 da Lei nº 14.133/2021, com a finalidade precípua de assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, considerar o ciclo de vida do objeto, assegurar o tratamento isonômico e a justa competição. As especificações detalhadas no edital não representam restrição, mas sim o exercício do poder-dever da Administração de definir os requisitos mínimos com precisão do objeto que melhor atende às suas necessidades, o que é um elemento constitutivo da fase preparatória. Por sua vez, o Estudo Técnico Preliminar, nos itens 4.28.1 e 4.28.2 estabeleceu desvios aceitáveis. O parágrafo 1.2.3 do Termo de Referência explicita que serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas **tolerando desvio ou exceções com variações de até 10% (para menos)** para itens críticos. No caso concreto, a empresa impugnante indica peso operacional de **7.580 kg**, valor que se insere na margem de variação permitida. Do mesmo modo, o tanque de combustível com capacidade de **150 litros** também se enquadra na tolerância prevista no TR, não havendo qualquer violação às especificações mínimas estabelecidas. Essa tolerância visa justamente evitar o direcionamento e ampliar a competitividade, permitindo que produtos que não atendam exatamente ao mínimo especificado, mas estejam dentro da margem de 10% (para menos), sejam aceitos, desde que mantida a capacidade de atender ao interesse público. Diante o exposto, **não há qualquer elemento técnico ou jurídico que indique restrição à competitividade, afronta à isonomia ou direcionamento indevido aos itens nº 05, nº 10 e nº 20.**

No tocante à exigência relativa à assistência técnica, **não é necessário que o licitante vencedor possua postos de atendimento em todos os Estados**. Entretanto, deve comprovar por meio de declaração formal, que o fabricante dispõe de assistência técnica autorizada em todos os Estados que compõem a região para **a qual apresentou proposta**, conforme estabelecido nos itens 5.17 e 5.17.1 do Termo de Referência. Esta exigência mandatorial, fundamentada no § 2º do Art. 47, combinado com o inciso II do Art. 67 da Lei nº 14.133/2021, visa assegurar a plena execução dos serviços de manutenção e assistência técnica durante todo o período de garantia, tal como disposto nos itens 4.10.1 e 4.10.2 do Estudo Técnico Preliminar, garantindo o bom desempenho e a durabilidade dos equipamentos de alta tecnologia e, portanto, a eficácia da política pública, de modo que a aceitabilidade da proposta se condiciona à demonstração de que a estrutura de suporte pós-venda abrange integralmente o escopo do item regionalizado. Além disso, o **Acórdão TCU nº 898/2021** reforça a necessidade de o edital garantir a plena execução do contrato, o que inclui a **manutenção adequada dos bens**.

A modelagem de contratação por grupo regional não configura direcionamento, mas sim uma solução estratégica para garantir a execução eficiente da política pública. Essa estruturação é expressamente justificada no Estudo Técnico Preliminar, itens 2.17, 2.25 e 5.7, e está em consonância com o Art. 82, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que permite a adoção do critério de julgamento por grupo de itens quando comprovada a vantagem técnica e econômica.

Assim, Manifestamos **pelo INDEFERIMENTO da Impugnação nº 01**, devendo o Pregoeiro, caso concorde, adotar as providências para ciência do impugnante e prosseguimento regular do certame, nos termos do art. 24, §1º, do Decreto nº 10.024/2019

Atenciosamente,

Coordenação de Gestão de Licitações
Coordenação-Geral de Aquisições/SPOA/SE
Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA

De: Jane Silva dos Santos Mota <vendasjcb@engepecas.com.br>
Enviado: quarta-feira, 26 de novembro de 2025 08:32
Para: LICITACAO <licitacao@agro.gov.br>
Cc: Juliana Jacomite <juliana@engepecas.com.br>; Nívea Maria <nivea@engepecas.com.br>
Assunto: Impugnação Engepeças Edital 10/2025 - Ministério da Agricultura e Pecuária/ MAPA

CUIDADO: E-mail externo. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e saiba que o conteúdo é seguro. Em caso de suspeita, informe imediatamente a ETIR/MAPA por meio do contato: etir@agro.gov.br.

Prezado Pregoeiro, boa tarde,

Enviamos em anexo nossa intenção de Impugnação do Edital de Pregão Eletrônico nº 10/2025.

Aguardamos um retorno assim que possível.

***** OBS: Gentileza confirmar o recebimento.**

At.

JANE MOTA

Administrativo JCB | 41 3380-8807 | vendasjcb@engepecas.com.br

ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS Ltda.

Rua José Semes, 17680 | São José dos Pinhais - PR | CEP: 83.020-442 | www.engepecas.com.br

